



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

### Ata nº 1885849 - ASGGE

#### Ata da Audiência Pública da Gestão Participativa na Elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2025

**Data:** 18/07/2024 - **Hora:** 16h00

**Local:** Sala de Sessões do TRE-PB

**Pauta:** Gestão participativa na elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2025

**Participantes:** Des. Agamenilde Dias Arruda V. Dantas (Presidente), Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho (Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral), Juiz Bruno Teixeira de Paiva (Membro da Corte), Alexandra Maria Soares Cordeiro (SCRE), Anália Castilho da Nóbrega (CRIP), Diógenes Antônio Tavares Paiva (ASGGE), Elci Ubarana Júnior (NPR), Ana Gilka Barbosa de Medeiros Oliveira (NPI) e demais participantes conforme lista presencial física 1882608.

#### 1. Discussão da pauta:

Às 16h20, a Presidente cumprimentou e agradeceu a presença de todos na Audiência Pública, em especial aos estudantes do curso de Direito do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Em seguida, realizou um breve histórico e contextualização do processo democrático de construção das metas nacionais do Poder Judiciário promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o qual tem como propósito o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Ela explicou que em todos os tribunais existe um gestor de metas e que o Des Oswaldo Trigueiro é o gestor de metas do TRE-PB.

Em seguida, ela passou a palavra ao Desembargador, o qual cumprimentou os membros da mesa e saudou os estudantes de Direito presentes à audiência. Ato contínuo, passou a palavra ao Assessor de Governança e Gestão Estratégica, Diógenes Antônio Tavares Paiva.

Diógenes enfatizou que o processo democrático possibilita a participação de toda a sociedade na formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário e que a audiência pública representa uma etapa dessa construção. Após, ele exibiu um vídeo institucional do CNJ sobre o tema.

Em seguida, ele iniciou uma apresentação através de *slides*. Foram exibidos os resultados do desempenho do TRE-PB nas Metas Nacionais em 2023 e apresentados os dados que compõem tais metas em 2024. Além disso, foi divulgado o resultado da consulta pública com as propostas de metas para 2025, a qual foi realizada no período de 27 de maio a 27 de junho deste ano através de *link* publicado nos Portais do TRE-PB na Intranet e Internet, aberta aos públicos interno e externo. Foi explicado, também, que os resultados parciais das metas 2024 e dos indicadores do Prêmio CNJ de Qualidade podem ser acompanhados através dos painéis de BI disponíveis no Portal do TRE-PB na Internet.

A Desembargadora explicou ao público que nem todas as metas nacionais são destinadas a todos os ramos da justiça e destacou aquelas que são aplicáveis à Justiça Eleitoral. Ela enfatizou a celeridade da atuação da Justiça Eleitoral na totalização dos votos mas que é necessário inovação em algumas atividades, a exemplo do final do alistamento, para evitar

as filas em virtude das pessoas que deixam para última hora e que a comunidade pode colaborar com ideias.

Em seguida, ela abriu a palavra aos presentes que desejassem se manifestar.

Gutemberg da Silva, aluno do 8º período do curso de Direito do Unipê, sugeriu a criação de uma matéria de direito eleitoral nas escolas.

Marcelo Ricardo, aluno do 5º período do curso de Direito do Unipê, defendeu maior atuação do TRE dentro das escolas, esclarecendo sobre a importância de tirar o título com antecedência e a consequente melhoria das filas.

Antônio Lima, aluno do 8º período do curso de Direito do Unipê, parabenizou pela oportunidade de aproximação do estudante com o Poder Judiciário.

Edson Antonio Correia, servidor do TRE, relatou sua experiência no final do alistamento e sugeriu investir mais nas escolas antes do período eleitoral, incentivando o comparecimento com antecedência.

Mateus Fonteles de Sousa, aluno do 6º período do curso de Direito do Unipê, defendeu a celeridade no atendimento dos eleitores, sugeriu o agendamento do atendimento pela internet, a exemplo de como acontece no Detran, bem como a divulgação de vídeos educativos para melhorar a comunicação.

Maria Luiza Oliveira Mota, aluna do 2º período do curso de Direito do Unipê, reforçou a necessidade da conscientização nas escolas sobre o voto, maior divulgação das informações dos candidatos e defendeu que a educação eleitoral deveria ser matéria nas escolas.

Anália Castilho da Nóbrega, servidora do TRE, explicou sobre a disponibilidade do aplicativo "Divulgaand" e incentivou que os estudantes divulgassem o mesmo entre seus colegas e em redes sociais, como também consultassem as informações para conhecer os candidatos e realizar o voto consciente.

José Luiz Henrique Oliveira Rodrigues, aluno do 8º período do curso de Direito do Unipê, defendeu maior investimento na divulgação nas redes sociais, que são bem acessadas pelos jovens.

Cássio Thiago Inocêncio da Silva, aluno do 5º período do curso de Direito do Unipê, sugeriu a utilização da linguagem simples e informal a fim de favorecer o interesse dos jovens e questionou sobre a regulamentação da Inteligência Artificial no julgamento dos processos.

Suênia Bernardo Carneiro, servidora do TRE, falou sobre os trabalhos de cidadania que vêm sendo desenvolvidos pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE) nas escolas; disse que o CNJ vem realizando diversas iniciativas para o uso da linguagem simples no Judiciário; que o TRE possui um laboratório de inovação instituído; que a Assessoria de Comunicação (ASCOM) promove a publicação de suas notícias nas redes sociais com utilização da linguagem voltada aos jovens.

O Desembargador Oswaldo teceu algumas considerações sobre as manifestações.

A Presidente falou da importância do evento, o qual trouxe reflexões importantes, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a audiência às 17h35.

**AGAMENILDE DIAS ARRUDA VIEIRA DANTAS  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**



Documento assinado eletronicamente por Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas em 25/07/2024, às 18:19, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ALEXANDRA MARIA SOARES CORDEIRO  
ANALISTA JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRA MARIA SOARES CORDEIRO em 26/07/2024, às 07:40, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO  
CORREGEDOR(A) REGIONAL ELEITORAL**



Documento assinado eletronicamente por Oswaldo Trigueiro do Valle Filho em 29/07/2024, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**DIÓGENES ANTÔNIO TAVARES PAIVA  
ASSESSOR(A) DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**



Documento assinado eletronicamente por DIÓGENES ANTÔNIO TAVARES PAIVA em 29/07/2024, às 21:53, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ANA GILKA BARBOSA DE MEDEIROS OLIVEIRA  
RESPONSÁVEL PELO NÚCLEO DE PROCESSOS E INTEGRIDADE**



Documento assinado eletronicamente por ANA GILKA BARBOSA DE MEDEIROS OLIVEIRA em 30/07/2024, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ELCI UBARANA JUNIOR  
RESPONSÁVEL PELO NÚCLEO DE PROJETOS E RISCOS**



Documento assinado eletronicamente por ELCI UBARANA JUNIOR em 30/07/2024, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=1885849&crc=1BEC5874](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1885849&crc=1BEC5874), informando, caso não preenchido, o código verificador **1885849** e o código CRC **1BEC5874**.